

## SITUAÇÃO DA CULTURA DO MILHO NO BRASIL

A importância do milho no Brasil pode ser avaliada por meio de alguns fatos como: 1) é a cultura que ocupa maior área cultivada; 2) devido às suas características de produção, é a exploração responsável pelo maior emprego de mão-de-obra no setor rural; 3) é o principal fornecedor de insumos alimentícios para as atividades de criação animal que atualmente experimentam grande desenvolvimento; 4) é uma cultura de expressão nacional pois é plantada de Norte a Sul do país.

As estatísticas disponíveis sobre o milho no Brasil indicam que ele foi cultivado inicialmente para atender às necessidades internas no País e, mais especificamente, das propriedades agrícolas. Entre 1920 e 1950 a produção de milho ficou praticamente estável, até que a década de 50, com o processo de urbanização e o aumento da população brasileira, iniciou-se uma maior pressão comercial sobre a produção agrícola. A quantidade de milho produzida cresceu rapidamente a partir desta época, atendendo à demanda interna e gerando eventuais excedentes exportáveis, até o início da década de 80, a partir de quando se estabilizou. No ano agrícola 1984/85 foram colhidas 22,1 t de milho, numa área de 11,9 milhões de ha com um rendimento médio de 1855 kg/ha.

A característica da produção de milho no Brasil, relacionado com a sua ampla disseminação pelo território nacional, por incluir regiões marginais para a cultura ou dependentes de melhores informações tecnológicas, normalmente cria uma imagem distorcida da realidade agrícola do milho em nosso País. Existem na verdade dois "Brasis" produzindo milho, um deles englobando as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, com características mais favoráveis ao desenvolvimento da cultura do que o outro situado nas regiões Norte e Nordeste. Enquanto regiões do Centro-Sul foram responsáveis, na safra de 84/85, por cerca de 90% da produção nacional com o rendimento agrícola médio situando-se ao redor de 2100 kg/ha, o Norte/Nordeste apresentou um rendimento médio apenas de 726 kg/ha. O rendimento médio no Brasil, estimado em 1763 kg na safra 84/85, não reflete nenhuma das duas situações e, desta forma, não pode ser considerado em qualquer análise sobre o assunto.

Este diferencial de produtividade deve-se a diferentes características ecológicas, econômicas e tecnológicas existentes nestes conjuntos de regiões.

As condições ecológicas (clima, fertilidade do solo, etc) exercem papel decisivo, pois sendo a planta um ser

vivo logicamente ela se desenvolverá melhor em condições mais favoráveis. Neste caso, as regiões temperadas ou, no máximo, subtropicais têm se mostrado mais viáveis para a produção de milho em todo o mundo. Por outro lado, a concentração da população e da renda nacional das regiões Sul e Sudeste fornecem os estímulos econômicos para a produção de milho com propósitos mais comerciais, permitindo o melhor uso da tecnologia existente que, por sua vez, é disponível em maior intensidade para as regiões temperadas (seja por importação das regiões produtoras, seja porque os principais centros de pesquisa na área agrícola do Brasil estão situados nestas regiões). Existe então uma clara interação entre estes três fatores de tal modo que a existência de algum deles em nível crítico, torna praticamente ineficazes os estímulos que se originarem dos outros.

Ao nível estadual, os principais produtores são o Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Goiás, responsáveis por cerca de 85% da safra nacional. Esta ordem sofre alterações, provocadas principalmente por problemas climáticos que são relativamente comuns na região Centro-Sul. Dois destes Estados são claramente consumidores, São Paulo e Santa Catarina, dois outros, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, exportam parte da produção, enquanto o Paraná e Goiás são exportadores tradicionais. Isto fornece uma idéia acerca dos fluxos de deslocamento da produção, no sentido de Santa Catarina e São Paulo, dentro da região Centro-Sul. Parte da produção regional é enviada para o Nordeste e, eventualmente, para o exterior.

No que diz respeito aos aspectos tecnológicos, a tecnificação (aqui entendida como a utilização de insumos e práticas modernas) tem crescido consideravelmente na cultura do milho no Brasil, embora estas mudanças sejam mais marcantes nas principais regiões produtoras e onde as condições econômicas e ecológicas proporcionam incentivos para o emprego destes fatores de produção.

As tendências mais recentes que se verificam no que diz respeito à tecnificação da produção de milho, referem-se ao crescimento no uso de sementes selecionadas (a parcela da produção oriunda de sementes selecionadas varia entre 50 a 88% nos principais estados produtores da região Centro-Sul) e, mais importante do que isto, à conjugação do uso deste insumo com outros, como adubos e defensivos, que permitem explorar melhor o potencial produtivo das novas cultivares. Entretanto, neste aspecto ainda existe um potencial a explorar

naquelas lavouras em que estas sementes são utilizadas sem qualquer outro insumo ou naquelas em que insumos, como fertilizantes, são empregados juntamente com sementes não-selecionadas.

Outra característica tecnológica da cultura do milho no Brasil é a sua freqüente consorciação com outras culturas anuais ou perenes. No Sudeste/Centro-Oeste do país, por exemplo, cerca de 35% da produção vem de lavouras consorciadas, enquanto que no Nordeste a percentagem atingiu, em 1980, a cerca de 90% da produção.

Estes números tem uma correlação alta com a dimensão das lavouras e das propriedades que cultivam milho no Brasil. Quanto maior a propriedade e/ou a lavoura, menor é a percentagem da produção sob consórcio.

No que diz respeito à comercialização, a maior parte da produção comercializada é feita via intermediários. No Centro-Sul, por exemplo, entre 60 e 70% da produção é entregue a intermediários e esta percentagem sobe a 85% no Nordeste. A participação das cooperativas é muito baixa e não condizente com o sucesso que estas tem apresentado na comercialização de outros produtos.

O futuro do milho no Brasil está fortemente assentado sobre o crescimento da quantidade demandada tanto interna como externa. Os fatores que condicionam este futuro estão no crescimento da renda da população (o que incrementaria o consumo de carne e leite) e no desdobramento do programa de retirada do subsídio ao trigo no Brasil. — *João C. Garcia.*